



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Maciel, Carla; Brito Miranda de Oliveira, Suerde; Camino, Leoncio
Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 11, núm. 2, 1998, p. 0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811204>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Explicações das desigualdades sociais: um estudo com meninos em situação de rua de João Pessoa¹

Carla Maciel²

Suerde Brito³

Leoncio Camino⁴

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este trabalho estuda como meninos em situação de rua explicam as causas das desigualdades sociais. Consideraram-se 56 meninos, de 12 a 17 anos, sendo 25 vinculados ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e 31 sem vínculo com o mesmo. Utilizou-se um questionário, auxiliado por fotos retratando situações de pobreza e de riqueza, a partir do qual os meninos expuseram suas explicações para tais fenômenos. Verificou-se que os meninos não-vinculados ao Movimento ressaltaram mais atribuições impessoais; retratando a idéia de que o homem tendo sua vida controlada por forças externas a si, seria incapaz de mudar sua realidade. Já aqueles participantes do Movimento explicaram a pobreza em termos da estrutura social, e a riqueza como consequência do esforço pessoal, concebendo o homem como um ser capaz de superar as dificuldades impostas pela sociedade. Tais dados demonstram que o Movimento, como organização militante, propiciou aos meninos a construção de uma cidadania diferenciada daquela que é construída quando os mesmos se encontram nas ruas.

Palavras-chave: meninos em situação de rua, desigualdades sócioeconômicas, movimentos sociais.

Explanations about social inequalities: a study with street children in João Pessoa, Brazil

Abstract

The present paper studies the ways in which street children explain the causes of socioeconomic inequalities. The participants were 56 boys, 12 to 17 years old, 25 of whom were members of the Street Children National Movement and the remaining 31 had no links with it. A questionnaire was used together with some pictures portraying situations of poverty and of richness from which the boys gave explanations for those phenomena. The results showed that the boys who had no link with the Movement emphasized impersonal attributions as determinants of poverty and of richness, suggesting that persons having their life controlled by external factors, would be unable to change their reality. On the other hand, the boys who were participants of the Movement explained poverty in terms of social structure and richness as depending on personal effort, thus conceiving persons as agents who believe they can overcome the difficulties imposed by society through their own effort. These results show that the Movement, as a militant organization, helped the boys to build a concept of citizenship which is different from the one hold by street children who do not participate in the Movement.

Key words: street children, socio-economical inequalities, social movements.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Este trabalho estuda como meninos em situação de rua da cidade de João Pessoa explicam as causas das desigualdades sócioeconômicas, e como essas concepções são influenciadas pela participação em um movimento social próprio deste grupo.

Das Atribuições às Explicações Sociais

Na Psicologia, estudos sobre causalidade social iniciaram-se na década de 50, com os estudos de Heider (1958) sobre como as pessoas atribuem causas ao comportamento dos outros. Na análise heideriana, a atribuição constitui um processo automático, que se desenvolve em nível perceptivo, permitindo que as pessoas possam distinguir essencialmente duas grandes fontes de causas possíveis de uma ação: as causas pessoais, que residem nas próprias intenções da pessoa e se referem ao esforço ou capacidade do agente da ação; o as causas impessoais, decorrentes de forças externas à pessoa, ou seja, de forças do ambiente onde se desenvolve a ação (Camino, Maciel, Brandão, & Gomes, 1996). Esta distinção tem se constituído em um dos aspectos mais estudados no processo de atribuição.

Inicialmente, as pesquisas sobre atribuição preocuparam-se com os aspectos intraindividuais do atribuidor. Posteriormente, Jones e Nisbett (1972) mostraram a necessidade de analisar as atribuições no quadro das relações interpessoais, considerando que a perspectiva do observador não seria a mesma que a do sujeito observado: o ator tenderia a ver o seu comportamento como decorrente das condições ambientais, enquanto que o observador tenderia a vê-lo como resultante de uma disposição pessoal estável do ator (Jones & Harris, 1967; McArthur, 1972).

A partir destas análises, Ross (1977) descreve como Erro Fundamental a tendência das pessoas a atribuírem seus atos positivos a si mesmos e os atos negativos às condições externas, enquanto que, ao julgarem outra pessoa, tendem a atribuir os acertos dessa pessoa a causas externas e os erros a causas internas. Este viés tem sido dado, algumas vezes, como explicação da tendência a atribuir aos pobres a culpa por sua pobreza (Kluegel & Smith, 1986).

Mas este tipo de abordagem considera só os aspectos intra e interpessoal do processo atribucional. No entanto, deve-se considerar que as atribuições são freqüentemente realizadas no contexto das relações intergrupais, contexto mais amplo que o da relação interpessoal estabelecida entre observador e observado (Tajfel, 1981; Stephan, 1985). Neste contexto o processo de atribuição faz referência às diversas maneiras com que membros de grupos sociais diferentes explicam o comportamento tanto dos membros de seu grupo como dos membros dos outros grupos. Wilder (1978) demonstra claramente a influência do grupo no processo atribucional, ao constatar que quando os sujeitos pertenciam a um mesmo grupo, suas atribuições assemelhavam-se mais do que quando os mesmos pertenciam a diferentes grupos. jiko

Nas situações intergrupais constata-se, também, a tendência das pessoas a construírem atribuições mais favoráveis ao seu próprio grupo que ao grupo externo e, em consequência dessa diferenciação, as pessoas tendem a atribuir comportamentos negativos do outro grupo a causas pessoais internas dos indivíduos daquele grupo, e os comportamentos positivos a causas externas, ambientais. Em contrapartida, no caso do grupo próprio esse esquema é invertido.

A tendência das pessoas a subestimar as condições situacionais e superestimar as condições pessoais nas atribuições sobre comportamentos negativos de grupos externos foi denominada por Pettigrew (1979) de Erro Definitivo de Atribuição. Embora este tipo de mecanismo fosse, em parte, influenciado pelos preconceitos do sujeito, ele possuiria, segundo o autor, força própria.

PSICOLOGIA REFLEXAO E CRITICA

De fato, tanto a perspectiva gestáltica, que iniciou os estudos sobre atribuição social, como a perspectiva da cognição social, que desenvolveu posteriormente estes estudos, supõem que os vieses atribucionais constituem um tipo de *hardware* no processamento de informação social (Camino, 1996a; Deschamps & Beauvois, 1996).

Trabalhos recentes têm demonstrado que estes efeitos não dependem dos indivíduos, mas do contexto social. Assim, Hewstone (1990), analisando a literatura sobre o Erro Definitivo de Atribuição, conclui que embora exista uma certa evidência empírica que corrobora as afirmações de Pettigrew (1979), em muitas situações intergrupais, pode-se observar o fenômeno contrário. A partir destas considerações desenvolve-se uma perspectiva psicossociológica no estudo da atribuição. Nela, as explicações sobre fatos sociais são construídas pela sociedade e pelos indivíduos para organizar e fazer compreensíveis os fenômenos próprios desta sociedade. O resultado deste processo, denominado de Explicação Social, é constituído por conteúdos cognitivos que adquirem forma de crenças ou expectativas compartilhadas por muitos membros de uma sociedade ou cultura determinada (Ismael, Maciel & Camino, 1996). Não só os cidadãos tendem constantemente a explicar os diversos acontecimentos sociais e políticos, mas a sociedade, como um todo, concorre igualmente para construir explicações sobre esses acontecimentos (Berger & Luckmann, 1967).

Desta forma, concorda-se com a afirmação de Feather (1983a:229), de que "as explicações que as pessoas dão para os eventos (por exemplo: pobreza e desemprego) podem ser entendidas não somente como produtos individuais do processamento cognitivo, mas como produtos sociais. Elas refletem a experiência da vivência social de uma pessoa em diferentes ocupações canalizadas através da família, da escola, dos grupos, da mídia e de outras fontes de influência".

A medida em que os indivíduos, vivendo em sociedade, compartilham idéias amplamente propagadas, o mais provável é que suas explicações sobre acontecimentos sociais sejam também compartilhadas comumente pelo grupo. Assim, as explicações correntes de certos acontecimentos sociais não são outra coisa que atribuições feitas por indivíduos de uma sociedade, com base em um fundo de informação cultural fornecido pela mesma sociedade. Pode-se concluir que indivíduos e sociedade vão construindo explicações "ad hoc" para os diferentes problemas sociais. Estas explicações adquirem formas de crenças ou expectativas compartilhadas por muitos membros da sociedade e têm a ver com as consequências que estes problemas trazem para a sociedade (Bem, 1970, Lerner, 1980, Rokeach, 1968).

Na perspectiva psicossociológica considera-se, também, que as relações intergrupais não se dão num vácuo social. Elas desenvolvem-se no quadro de uma sociedade específica, com relações de poder concretas e historicamente determinadas, e onde os diversos grupos situam-se em relações hierárquicas diferenciadas sob diversos aspectos (Camino, 1996c). Neste sentido, a categorização de pessoas em grupos, resulta em relações intergrupais, que definem os comportamentos sociais.

Conclui-se que uma pessoa atribui o comportamento de outra não somente pelas características grupais associadas a outra pessoa e a si mesma, mas também em função da representação da relação hierárquica existente entre os dois grupos. Hewstone e Ward (1985) realizaram um experimento, em que observaram diferenças nos padrões atribucionais em função da posição hierárquica dos participantes na estrutura social. Seus resultados demonstraram que os indivíduos de nível social alto tendem a apresentar um comportamento etnocêntrico, enquanto que os de baixo nível social tendem a favorecer mais o outro grupo.

Colocando o processo de atribuição no contexto das relações maioria - minoria, Deschamps (1983) mostra que a saliência da categorização baseada em status sociais diferentes determina padrões de atribuição que exprimem a assimetria da relação intergrupar. Isto significa que a imputação de causalidade no contexto intergrupar depende do processo de categorização social e dos status sociais relacionados a cada categoria.

Explicações Sociais de Problemas Sociais

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

A Abordagem Psicossociológica explica resultados como os de CamPBell e Schuman (1969) que, realizando um estudo sobre desordens públicas, perguntaram a sujeitos negros e brancos a que eles atribuíam as revoltas nos guetos norte-americanos. Os resultados demonstraram que os sujeitos negros, mais que os brancos, tenderam a atribuir as revoltas à discriminação e ao desemprego, enquanto que os brancos as explicaram referindo-se ao poder negro e aos saqueadores.

Quando os indivíduos se questionam sobre diversos tipos de problemas sociais como desemprego, criminalidade e pobreza, acionam teorias que coletivamente construíram sobre esse fenômeno, para estruturar suas explicações (Vala, 1996). As representações dos diversos fenômenos sociais propiciam sentido a estes acontecimentos. Na perspectiva psicossociológica as explicações assim elaboradas dependem, portanto, do tipo de problema e de suas consequências na sociedade.

No que concerne ao problema do desemprego, Gaskell e Smith (1995), Lewis, Smell e Furnham (1987) encontraram mais explicações em termos de fatores da estrutura social, que de fatalidade ou individuais. Feather e colaboradores (Feather, 1985; Feather & Barber, 1983; Feather & Davenport, 1981) também observaram que se atribui ao desemprego mais causas externas do que internas. Estes resultados comprovam a existência de representações compartilhadas sobre o desemprego, cujas explicações consensuais correspondem à estratégia dos governos em períodos de inflação e recessão mundial. Portanto, as "atribuições sociais" ⁵ podem ser concebidas como representações sociais, transmitidas freqüentemente pelos meios de comunicação, que justificam as consequências de políticas econômicas concretas, não necessariamente estruturais. Neste sentido as "atribuições sociais" regulam as crenças e expectativas que os sujeitos fazem sobre a solução dos problemas sociais. As crenças assim desenvolvidas sobre políticas sociais desempenham um importante papel no comportamento social e político dos cidadãos (Lerner, 1980; Camino, 1996c).

Em se tratando da existência da pobreza, observa-se, nas diversas pesquisas, uma predominância de explicações em termos de disposições pessoais (Feagin, 1972; Feather, 1974). Por sua vez, Lewis (1981), estudando a riqueza, constatou que ela foi mais considerada como decorrente de causas sociais ou de fatalidade do que outras razões. Estes estudos, além de não encontrarem diferenças nas explicações dadas sobre pobreza e riqueza nos diversos grupos sócio-econômicos estudados, verificaram que as explicações dadas à pobreza fugiam da dicotomia entre causas internas e externas. Nestes estudos, as pessoas comuns consideraram que a pobreza poderia ser causada pela culpa ou mérito das pessoas envolvidas, pela fatalidade ou ainda pela existência de causas sociais. Torres, Silva, Avellar e Camino (1993) observaram que as explicações sobre as desigualdades sociais de adolescentes ingleses e brasileiros parecem ser dadas num espaço tridimensional: causas externas fatalísticas, causas externas inerentes à estrutura social e causas pessoais. Estes autores observaram, igualmente, que as explicações mais utilizadas, nas duas amostras, eram as atribuições pessoais, baseadas no esforço dos ricos e na falta de competência dos pobres.

Leahy (1983), apoiando-se nas teorias cognitivistas de Piaget (1970) e de Kolberg (1969), desenvolveu um estudo com crianças e adolescentes de escola pública, privada e paroquial dos Estados Unidos, e observou que, de modo geral, houve uma grande concentração das explicações da riqueza em termos de esforço e de trabalho, enquanto que a pobreza foi atribuída mais à falta de esforço e de educação e, que foram pouco freqüentes as respostas em termos sociais, tanto para explicar a riqueza quanto a pobreza. No que concerne às características sócio-demográficas, os dados revelaram que estas não influenciaram nas respostas, o que veio confirmar as hipóteses elaboradas pelo autor a partir da perspectiva cognitivista.

Retomando o esquema de Leahy (1983), a fim de mostrar a limitação da abordagem cognitivista, Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996) realizaram um estudo no qual analisaram a influência da inserção dos sujeitos em diferentes meios sociais nas explicações da riqueza e da pobreza. Para tanto, estudaram crianças e jovens de três meios sociais: uma escola particular bem conceituada, uma escola pública situada na periferia da cidade e filhos de dirigentes

PSICOLOGIA REFLEXÃO E CRÍTICA

sindicais ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Pesquisas anteriores mostraram que os militantes da CUT possuem uma visão classista da estrutura social, caracterizada pela identificação com a classe trabalhadora, a qual se opõe à classe dos proprietários (Camino, 1993).

Maciel e colaboradores (1996) constataram que os filhos de sindicalistas tendem, majoritariamente, a explicar a pobreza em termos de causas sociais. Já os alunos do colégio particular usaram mais explicações pessoais e sociais, enquanto que os alunos do colégio público concentraram suas respostas nas causas pessoais e imateriais. Observaram ainda que, no que se refere às explicações sobre a existência de pessoas ricas, a metade das crianças do colégio público e do colégio privado atribuíram-na a causas pessoais. Entre os filhos de dirigentes sindicais, a riqueza foi atribuída tanto ao esforço pessoal quanto às causas sociais.

Furnham (1982) estudando, na Inglaterra, o papel da militância no desenvolvimento das explicações sobre as desigualdades sociais, observou que eleitores do partido conservador consideraram as explicações do tipo individualista como as mais importantes enquanto que os eleitores do partido trabalhista ressaltaram as explicações sociais como tendo uma maior importância na determinação sobre a pobreza. Numa pesquisa realizada na Índia, Pandey, Sinha, Prakash e Tripathi (1982) demonstraram existir uma relação clara entre as ideologias políticas dos sujeitos e as suas explicações sobre a pobreza, pois observaram que os ativistas de esquerda apresentavam maior concentração de explicações sociais, enquanto que os ativistas de direita atribuíram à pobreza mais a fatores como hábitos, habilidades e destino dos pobres.

A partir destas pesquisas, pode-se dizer que as explicações que as pessoas dão aos fenômenos sociais não podem ser consideradas como crenças neutras, nem serem consideradas isoladamente, uma vez que elas são relacionadas a um sistema total de crenças, atitudes e valores que, em conjunto proporcionam o conhecimento do significado e da consistência dos eventos com os quais o indivíduo se defronta no dia-a-dia. Como se desenvolvem as explicações sobre os fenômenos sociais ?

Tem-se enfatizado a importância do papel da sociedade na construção das crenças sobre eventos sociais. Mas como os sujeitos participam na construção das crenças e se apropriam destas? Estudando o processo de categorização das diferenças sócioeconômicas, Ismael, Maciel, Brandão e Camino (1995) constataram a importância, neste processo, do meio onde as crianças e jovens vivem. Porém o meio social só seria influente na medida em que os sujeitos se identificassem com a sua categoria social: os jovens que mais se identificavam com a classe dos trabalhadores eram aqueles que categorizavam os pobres em termos sociais, e não pessoais.

Estudando o processo de socialização política de estudantes universitários, Camino e Da Costa (1994) mostraram que os jovens não só se adaptam a grupos já existentes (modelo clássico de socialização), mas também participam de grupos onde ativamente constroem normas, valores e identidades sociais. Camino e colaboradores (Da Costa, Torres, Burity, & Camino, 1994; Camino, Torres & Da Costa, 1995; Camino, 1996c) têm enfatizado, pelas razões anteriormente citadas, a importância, no desenvolvimento sócio-político dos jovens, da sua participação nas organizações da sociedade civil.

Os trabalhos anteriormente citados, todos realizados na Paraíba, (Torres, Silva, Avellar & Camino, 1993; Da Costa, Torres, Burity & Camino, 1994; Ismael, Maciel, Brandão & Camino, 1995; Maciel, Brandão, Ismael & Camino, 1996) concentraram-se em populações de jovens estudantes de cursos técnicos, secundaristas ou universitários. Pelo fato destes jovens estudarem, pode-se deduzir que eles não se encontravam em situação de extrema pobreza; no entanto, diversos estudos (Lusk, 1988; Brito, 1992; Koller & Hutz, 1996) apontam para o fato de no Brasil uma boa parte das crianças e jovens encontrarem-se, lamentavelmente, evadidos ou defasados na escola por se encontrarem em situações-limites de pobreza e abandono. Diante desta realidade, sentiu-se a necessidade de se realizar um novo estudo, cuja população a ser investigada fosse constituída por jovens em situações de extrema pobreza.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Objetivo do Estudo

Este trabalho estuda como se desenvolvem as explicações das diferenças sócioeconômicas num grupo de meninos em situação de rua, que praticamente encontra-se à margem da sociedade, e como estas concepções são influenciadas pela participação em organizações próprias deste segmento social. Considerando-se que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), por ser uma organização conscientizadora, colabora na construção da cidadania dos meninos em situação de rua, espera-se que os participantes do mesmo em João Pessoa, desenvolvam um maior número de atribuições sociais sobre as causas da pobreza do que os meninos em situação de rua que não participam de nenhuma organização.

Método

Participantes

Na medida em que a pesquisa objetiva comparar a explicação das diferenças sócioeconômicas de meninos em situação de rua participantes e não-participantes de uma organização conscientizadora, selecionou-se⁴ uma claramente caracterizada como tal, por promover debates junto aos meninos, acerca das suas condições de vida e das possíveis formas de melhorá-las. Trata-se do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

No que se refere aos meninos não-participantes do MNMMR, realizou-se o levantamento dos locais da cidade onde se encontravam as maiores concentrações dos mesmos, a fim de serem delimitados os pontos de atuação para a realização do estudo. Ao todo consideram-se, neste estudo, 56 jovens do gênero masculino, na faixa etária de 12 a 27 anos. Deste total, 25 meninos eram vinculados ao MNMMR, enquanto que os outros 31 não mantinham nenhum vínculo com tal organização, encontrando-se portanto nas ruas exercendo atividades no mercado informal de trabalho, ou em situações de perambulância e/ou mendicância.

Instrumentos

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário, auxiliado por um jogo de fotos sobre situações sociais que fundamentam uma série de questões sobre o tema. Trata-se de uma técnica baseada no trabalho lúdico, que facilita a projeção, por ser composta de fotos retratando situações de pobreza e de riqueza, a partir das quais os meninos em situação de rua expuseram as suas explicações para tais fenômenos. O roteiro do tema e questões foi elaborado com base nos indicadores obtidos na pesquisa realizada por Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996). O material fotográfico foi desenvolvido a partir de um instrumento semelhante (composto por jogos de fotos e histórias), utilizado por Brito, Macedo e Camino (1995), junto a meninos em situação de rua, na cidade de Campina Grande. As fotos abaixo visualizadas exemplificam o instrumento no que se refere ao fenômeno da pobreza:

- Algumas pessoas dizem que existem pobres porque...

Jogo de Fotos

Os pais são pobres e não têm o
que deixar para os filhos.

Não estudam, não trabalham,
ficam só brincando.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA



Embora rezem, Deus quer que eles sejam pobres e tenham essa vida.



Pedem dinheiro aos ricos, mas eles não ajudam.



Não têm sorte na vida.



Os políticos dizem que vão ajudar, mas não ajudam.

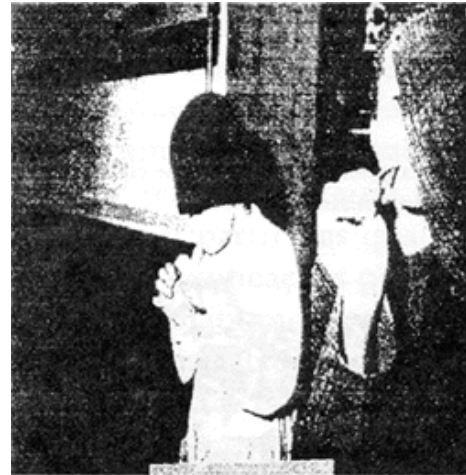


PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Mesmo trabalhando muito, ganham pouco dinheiro.



Fazem "coisas" como cheirar cola e fumar maconha.



Procedimentos

De posse das informações sobre as características do MNMMR e sobre os locais em que se encontravam meninos em situação de rua, iniciou-se a realização da pesquisa, cujas entrevistas foram conduzidas por quatro integrantes do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os meninos em situação de rua não-vinculados ao MNMMR foram abordados em seu próprio ambiente: Feira de Jaguaribe, Pavilhão do Chá, Parque Solon de Lucena, Praça João Pessoa e Av. General Osório; e os meninos vinculados ao MNMMR foram contactados durante as reuniões dos Núcleos de Base² dos quais faziam parte. Uma vez realizadas as entrevistas, as mesmas foram literalmente transcritas, e em seguida categorizadas e analisadas.

Análise das Respostas

Na análise das respostas foi seguido o método de conteúdo proposto por Berelson (1952). Num primeiro momento, para uma determinada pergunta, agruparam-se as respostas que tinham semelhanças claras entre si, formando-se assim um conjunto mais restrito de indicadores. Por exemplo, nas explicações da existência de ricos, respostas como "porque tiveram herança; porque Deus quis, etc.," eram agrupadas num indicador denominado de "fatalidade".

Num segundo momento, juntaram-se os indicadores com elementos teóricos em comum, formando-se novas categorias. O indicador "fatalidade" e o indicador "sorte", por exemplo, "são ricos porque ganharam na loteria", foram considerados possuir um elemento comum - o fato de usarem critérios externos para explicar a existência dos ricos - e, portanto, passaram a constituir uma nova categoria denominada de "atribuição impessoal". Procedeu-se desta maneira para todos os grupos de respostas, e as categorias assim obtidas foram as seguintes:

a] Explicação Impessoal. Explicações dadas em termos de fatalidade, herança ou sorte. Ex.: Por que algumas pessoas são ricas? "Porque eles rezam e Deus quer que eles sejam ricos"; "Porque os pais são ricos e o que é deles é dos filhos", "Porque têm sorte no jogo, aí ganham muito dinheiro";

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

b] Explicação Pessoal. Atribuições em termos de esforço ou habilidade. Ex.: Por que algumas pessoas são pobres? "Porque não estudam, não trabalham, ficam só brincando"; "Fazem coisas, como cheirar cola e fumar maconha".

c] Explicação Societal. Explicações em termos de estrutura social e injustiça social. Ex.: Por que algumas pessoas são pobres? "Porque os políticos dizem que vão ajudar, mas não ajudam"; "Porque mesmo trabalhando muito, ganham pouco dinheiro".

Resultados

Caracterização da Amostra

Analisando-se o nível de escolaridade dos participantes deste estudo, constatou-se que enquanto no MNMMR todos os meninos entrevistados encontravam-se estudando, dos quais 48% cursando a segunda etapa do 1º grau, o percentual de meninos sem vínculo com o mesmo que estudava era de 61%, sendo que destes, apenas 13% cursavam a segunda etapa do 1º grau.

Quanto aos 39% dos meninos sem vínculo com o MNMMR que não estudavam, estes afirmaram haver cursado a primeira etapa do 1º grau sem, no entanto, tê-lo concluído. É interessante destacar que mais da metade destas crianças apontaram como principal determinante da evasão escolar, a necessidade de colaborar com o exercício de uma atividade remunerada para aumentar a renda doméstica.

Com relação ao tempo em que os meninos não-vinculados ao MNMMR têm freqüentado a rua, registrou-se uma diversidade muito grande, cuja variação foi de poucos meses até 10 anos; sendo que a maior concentração se deu em torno de mais de cinco anos (39%). Outros 29% a freqüentavam por um período que variava de 1 a 5 anos, 22% por um período inferior a um ano e 10% não souberam especificar o tempo de freqüência na rua, dando respostas do tipo "faz tempo" e "desde pequeno". Em se tratando das atividades por eles exercidas nas ruas, 45% afirmaram olhar e lavar carros, 26% vender gêneros alimentícios, 16% engraxar sapatos, e 13% mencionaram outras atividades, como carregar fretes e pedir esmolas, não sendo referidas atividades relacionadas ao furto e ao trabalho formal.

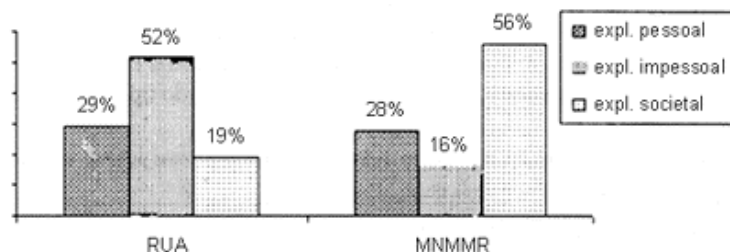
Quanto aos meninos vinculados ao MNMMR, nenhum freqüentava a rua no momento de realização da pesquisa, e apenas 32% disseram já tê-la freqüentado. Já em relação ao tempo decorrido de vinculação ao MNMMR, observou-se que 52% o freqüentavam por um período que variava de um a cinco anos, enquanto 40% o freqüentavam a um período inferior a um ano e 8% a um período superior aos cinco anos. Porém, independentemente do tempo de vinculação, constatou-se que eles freqüentavam assiduamente as reuniões dos Núcleos que integravam, as quais ocorriam, em geral, duas vezes na semana.

Explicações dadas à riqueza e à pobreza

A análise estatística das explicações dadas a existência de pessoas pobres mostra diferenças significativas entre as duas amostras ($X^2 = 10,123$; gl. = 2; $p < .05$). Observa-se ([Figura 1](#)) que a metade dos meninos em situação de rua não-vinculados ao MNMMR apresenta respostas de caráter impessoal, enquanto que apenas 19% dão respostas do tipo societal. Já quanto aos meninos vinculados ao MNMMR, verifica-se o oposto, ou seja, mais da metade dá resposta em nível societal (56%) e poucos (16%) em nível impessoal.

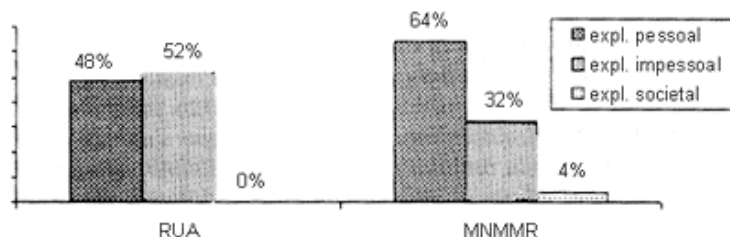
PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Figura 1 - Distribuição de freqüência das explicações dadas a existência de pessoas pobres por meninos em situação de rua em função de pertencer ou não ao MNMMR.



Com respeito à existência de pessoas ricas ([Figura 2](#)), embora os resultados não mostrem diferenças significativas entre os dois grupos ($X^2 = 3,092$; gl.= 2; n.s.), eles apontam para o fato de que enquanto aproximadamente 2/3 dos meninos do MNMMR explicaram a riqueza por atribuição pessoal, as respostas dos meninos sem vínculo distribuíram-se, igualmente, entre explicações pessoais e impessoais.

Figura 2 - Distribuição de freqüência das explicações dadas a existência de pessoas ricas, por meninos em situação de rua em função de pertencer ou não ao MNMMR.



A fim de analisar como estes dois meios sociais (Rua e MNMMR) influenciam o desenvolvimento dos tipos de explicações dadas para a riqueza e à pobreza, resolveu-se analisar estas explicações em função do tempo de freqüência tanto à Rua quanto ao MNMMR. Os dados, então obtidos ([Tabela 1](#)), sugerem que a medida em que aumenta o tempo de freqüência dos meninos ao MNMMR, aumenta o percentual de respostas em nível das causas sociais para a existência das pessoas pobres, e diminuem as respostas em nível das causas impessoais e das causas pessoais. Já quando se relaciona o tipo de explicação dada a tal fenômeno social com o tempo de freqüência à rua, verifica-se que independente deste, predominam as explicações do tipo impessoal.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Tabela 1 - Porcentagens das explicações dadas à existência de pessoas pobres, em função do tempo de frequência à rua ou ao MNMMR

Categorias	-1 ano	1 - 5 anos	+ 5 anos
RUA *			
Explicação Impessoal	80	30	50
Explicação Pessoal	10	40	25
Explicação Societal	10	30	25
MNMMR			
Explicação Impessoal	20	15	-
Explicação Pessoal	40	23	-
Explicação Societal	40	62	100

*Só foram considerados 28 sujeitos, uma vez que não foi possível especificar o tempo de frequência à rua dos demais.

Já, no que se refere às explicações dadas à existência de pessoas ricas ([Tabela 2](#)), os resultados apontam uma tendência do número de explicações em nível pessoal aumentar de modo proporcional ao tempo de frequência ao MNMMR, enquanto que a atribuição em nível impessoal diminui. Por outro lado, verifica-se que quanto maior for a frequência à rua, maior será o número de explicações em nível das causas impessoais.

Tabela 2 - Porcentagens das explicações dadas à existência de pessoas ricas, em função do tempo de frequência à rua ou ao MNMMR

Categorias	-1 ano	1 - 5 anos	+ 5 anos
RUA			
Explicação Impessoal	50	30	88
Explicação Pessoal	50	70	12
Explicação Societal	-	-	-
MNMMR			
Explicação Impessoal	50	23	-
Explicação Pessoal	50	69	100
Explicação Societal	-	8	-

*Só foram considerados 28 sujeitos, uma vez que não foi possível especificar o tempo de frequência à rua dos demais.

Discussões e Conclusões

Levando em consideração que todas as crianças e adolescentes participantes do presente estudo encontravam-se em situação de extrema pobreza ao serem solicitadas a discorrer acerca das causas da existência de pessoas pobres, tornou-se evidente que eles, na realidade, passaram a explicar o porquê da existência do seu próprio grupo de pertença. Por outro lado, enquanto atribuíam causas à existência de pessoas ricas, eles estavam refletindo acerca da existência de um outro grupo social do qual não faziam parte. Sendo assim, o conjunto de explicações dadas pelas duas amostras à existência de ricos e pobres deve ser estudado a partir da perspectiva das Relações Intergrupais (Tajfel, 1981; Hewstone, 1992).

PSICOLOGIA REFLEXAO E CRITICA

Nesta perspectiva, as atribuições fazem parte do processo de diferenciação grupal, o qual consiste, basicamente, em aumentar as qualidades do *ingroup* e diminuir as do *outgroup* (Tajfel, 1981). Segundo Tajfel (1981), esta tendência dos indivíduos valorizarem o seu próprio grupo mediante o uso de atribuições positivas seria consequência comum da dinâmica da identidade social, na qual o indivíduo tende a manter elevada a sua auto-estima quanto à sua pertença social. De fato, neste estudo, a existência dos pobres (*ingroup*) é, majoritariamente atribuída a causas externas, sejam fatalistas/ religiosas ou inerentes à estrutura social. Logo, a situação de pobreza, na qual eles mesmos estão incluídos, não é percebida como consequência das disposições subjetivas das pessoas pobres, tal como a preguiça, ficando, então, implícita, uma certa atribuição positiva sobre o seu próprio grupo de pertença, visto que os pobres não seriam responsabilizados pela sua pobreza.

No entanto, o fenômeno da diferenciação grupal não se apresenta de forma tão simples quanto a tratada por Tajfel, pois pesquisas posteriores (Deschamps, 1983; Hewstone & Ward, 1985) mostraram que tal fenômeno sofre a influência tanto da identificação do sujeito como o seu próprio grupo como do *status* do mesmo e, assim, essa lei da diferenciação grupal não se aplica igualmente a todas as situações. Por exemplo, neste estudo, no que diz respeito às pessoas ricas (*outgroup*) a sua existência foi percebida por 48% dos não-vinculados ao MNMMR e por 64 % dos vinculados ao mesmo, como resultante de uma disposição pessoal estável dos ricos, ou seja, como decorrente da habilidade e do esforço dos mesmos. Este fato de um grupo minoritário favorecer as qualidades do grupo majoritário corrobora, assim, os resultados de Hewstone e Ward (1985), nos quais os indivíduos de baixo nível sócio-econômico tenderam, de alguma forma, a favorecer o outro grupo, embora não apresentassem uma tendência a diminuir o seu próprio grupo social.

No que se refere à análise das diferenças existentes entre os dois meios sociais estudados neste trabalho, verifica-se uma diferença marcante nas respostas dadas pelos meninos que integram o MNMMR das que foram emitidas pelos que não o integram. Os meninos não-vinculados ao MNMMR atribuem, majoritariamente, a pobreza a causas impessoais (fatalistas ou religiosas), enquanto os meninos participantes do MNMMR atribuem-na a causas sociais, isto é, aquelas inerentes à estrutura social. A influência do MNMMR na elaboração de explicações sociais para a pobreza também é evidenciada quando demonstra-se que tal tipo de explicação parece estar condicionada ao tempo de frequência ao MNMMR, pois os meninos que frequentam tal ONG há mais tempo são os que mais tendem a atribuir a pobreza a causas sociais.

O desenvolvimento de respostas de caráter societal nos meninos do MNMMR, parece se dever à ação conscientizadora deste MNMMR. Neste ponto, estes resultados corroboram os de Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996), que constataram que os filhos de dirigentes sindicais, por partilharem da "visão classista" de seus pais, foram os que mais a explicaram em termos de causas sociais. Confirmaram-se também as observações de Furnham (1982) e de Pandey e colaboradores (1982), de que participantes de organizações de esquerda, integrantes dos partidos trabalhistas e ativistas de esquerda, respectivamente, explicam a pobreza em termos sociais. As explicações sociais sobre a existência da pobreza refletem a experiência vivenciada pelas pessoas ao participarem de grupos sociais que, de certa maneira, opõem-se ao sistema político e econômico vigente, e passam, assim, a assumir a forma das crenças, expectativas e valores compartilhados pelos membros destes grupos. Como comenta Vela (1993), as explicações que os indivíduos constroem dos fenômenos sociais são estruturadas com base nas teorias coletivamente construídas em seus grupos sociais.

A constatação, tanto neste estudo quanto no realizado por Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996), de um predomínio de respostas do tipo societal na explicação da pobreza em relação às que foram encontradas em países desenvolvidos (Leahy, 1983), explica-se pelo fato de que os adolescentes brasileiros, sendo mais atingidos pelas injustiças sociais e pela extrema desigualdade de classes, pensem mais em termos de posição e conflitos sociais, portanto centrando suas explicações sobre a pobreza nas causas sociais.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Quanto às causas da riqueza, os meninos sem vínculo com o MNMMR apresentam mais explicações em nível de causas impessoais, enquanto que os a ele vinculados apresentaram maior concentração de respostas do tipo pessoal. Mais uma vez os dados dos meninos do MNMMR corroboram os de Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996), que também registraram um percentual mais elevado de explicações em nível pessoal emitidas pelos filhos de diferentes sindicais, com um percentual menor em nível societal.

Já em se tratando dos dados dos meninos não-vinculados ao MNMMR, estes diferem consideravelmente dos da pesquisa de Maciel e colaboradores (1996). Enquanto no presente estudo, 52% dos meninos em situação de rua não-vinculados ao MNMMR explicaram a riqueza em nível de causas impessoais, na referida pesquisa, observou-se que 53% dos estudantes de escola pública concentraram suas explicações em nível de causas pessoais e apenas 25% em nível de causas impessoais. Isto significa que, embora ambos os grupos sejam constituídos por crianças e jovens pobres, os meninos em situação de rua, por terem de trabalhar, encontram-se em uma situação mais extrema de pobreza e, assim, apresentaram uma visão mais fatalista da existência de pessoas ricas. Tal visão pode ser explicada como sendo consequência da impossibilidade que sentem de ter acesso aos meios aceitos pela sociedade para se chegar à riqueza, quais sejam : o estudo e o emprego, fato este que os direciona a refletir a riqueza em termos do destino, da sorte e da providência de Deus.

Neste sentido, pode-se supor que quando os meninos vinculados ao MNMMR explicam a pobreza em termos da estrutura social e concebem a riqueza como algo que depende do esforço pessoal do indivíduo, eles, de fato, estão concebendo o homem como um ser agente que é capaz de controlar o ambiente em que vive, visto que acreditam que existem tanto dificuldades impostas pela sociedade quanto a necessidade do empenho e do esforço pessoal para superá-las. Já os meninos sem vínculo com o MNMMR, à medida em que eles explicam pobreza e riqueza por atribuições impessoais, estão assumindo, implicitamente, a idéia de que o homem tem sua vida controlada por forças externas a si. Segundo esta perspectiva, o homem não seria concebido como um agente na sociedade, capaz de construir e mudar a sua própria realidade, visto que estaria predestinado a aceitar um fato que já lhe foi imposto, como ser rico ou pobre porque seus pais já o são.

A partir destes resultados, pode-se, então, concluir afirmando-se que o MNMMR propicia a construção de uma cidadania nos meninos diferenciada daquela que é construída quando os mesmos se encontram nas ruas. Mas não se pode inferir que as diferenças existentes possam ser justificadas pela mera vinculação ou não dos sujeitos a uma organização militante (MNMMR). Fatores tais como escolaridade, trabalhar ou não na rua, ter um maior ou menor contato com a família, tornam os dois grupos estudados bastante diferenciados, o que impede uma explicação simplista dos resultados. Mas, evidentemente, a participação de meninos em situação de rua no MNMMR, junto com as outras características que, indiretamente, esta participação implica, desempenham um papel determinante na construção da cidadania destes meninos.

As evidências empíricas deste trabalho podem ser enquadradas na teoria psicossociológica da socialização política proposta por Camino (1996b). Esta abordagem afirma, fundamentalmente, que a socialização política dos jovens se dá na medida em que eles começam a reconhecer seus interesses, a partir de sua inserção ativa nos diversos grupos da sociedade. Esta forma de socialização política opõe-se ao paradigma clássico da socialização política, que contrapõe o jovem à sociedade e não reconhece o fato de que os grupos constroem suas identidades nas relações intergrupais e que os sujeitos se "socializam" neste processo.

Os dados deste trabalho e os de Maciel, Brandão, Ismael e Camino (1996) mostram a necessidade de se estudar a participação dos jovens nas diversas organizações da sociedade. É através desta participação ativa que um grupo constrói, conjuntamente com os sujeitos que a ele pertencem, os valores e normas que formam a identidade social desses sujeitos. Pode-se, assim, concluir afirmando que os jovens não só se adaptam a grupos já existentes, como também participam de grupos onde ativamente constroem suas normas e suas identidades sociais.

PSICOLOGÍA REFLEXÃO E CRÍTICA

Referências

- Bern, D.J. (1970). *Beliefs, attitudes and human affairs*. Belmont, California: Books Cole Publication.
- Berger, P.L. & Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality*. Londres: AllenLane.
- Berelson, B. (1952). *Content Analysis in Communications Research*. New York: Free Press.
- Brito, S. M. O. (1992). *Trabalho e aspirações de meninas em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Curso de Psicologia Social Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Brito, S. M. O., Macedo, M. J., & Camino, L. (1995). A influência de um movimento social sobre as crenças de ascensão social de meninos em situação de rua. *Anais do 2º Colóquio Franco Brasileiro de Educação e linguagem*, Natal Editora Universitária, 28-33.
- Camino, L. (1996a). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8 (1), 16-42.
- Camino, L. (1996b). A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas, Em: L. Camino, & M P. Menandro (Orgs.). Coletâneas da ANPEPP, (vol. 1, nº 13, pp. 8-13). *A sociedade na perspectiva da psicologia: Questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro, ANPEPP.
- Camino, L. (1996c). A socialização política: uma análise em termos de participação social. Em: L. Camino, L. & P. Menandro, (Orgs.) - Coletâneas da ANPEPP, (vol 1, nº 13, pp.14-36). *A sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro, ANPEPP.
- Camino, L. & Da Costa, J. B. (1994). A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psicossocial a partir da noção de identidade. *Temas de Psicologia*, 1, 1-16
- Camino, L., Torres, A. R. & Da Costa, J. B. (1995). Voto, identificación partidária, identidad social y construcción de la ciudadanía. Em: O. D'Adamo, V. G. Beaudoux, & M. Monteiro, M. (Orgs.) *Psicología de La Acción Política*. (Cap. 7, pp. 129-142).. Buenos Aires, Paidós.
- Camino, L., Maciel, C. M., Brandão, C. S., & Gomes, G. (1996). O conhecimento do outro: explicações em termos de percepção social. Em L. Camino (Org.) *O conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social*. (pp. 15-58). João Pessoa. Editora Universitária da UFPB.
- CampBell, A. & Schuman, H. (1969). *Racial attitudes in fifteen american cities*. Ann Arbor, Mich: Institute for Social Research.
- Da Costa, J. B., Torres, A. R., Burity, M. H. & Camino, L. (1994). Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Deschamps, J. C. (1983). Social attribution. Em J. Jaspars, F. D. Fincham, & M. Hewstone (Eds.) *Attribution theory and research: conceptual, developmental and social dimensions*. Londres, Academic Press.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Deschamps, J. C. & Beauvois, J. L. (1996). *Des attitudes aux attributions: Sur la construction de la réalité sociale*. Grenoble. Presses Universitaires de Grenoble.

Feagin J. (1972). Poverty: We still believe that God helps them who help themselves. *Psychology Today*, 6, 101-129.

Feather, N. T. (1974). Explanations of poverty in Australian and American samples: the person, society, or fate? *Australian Journal of Psychology*, 26: 199-216.

Feather, N.T. (1983). Causal attributions and beliefs about work and unemployment among adolescents in state and independent secondary schools. *Australian journal of Psychology*, 35, 211-232.

Feather, N.T. (1985). Attitudes, Values and attributions: explanations of unemployment *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 876-889.

Feather, N. T & Davenport, P. R. (1981). Unemployment and depressive affect: A motivational and attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 422-436.

Feather, N. T & Barber, J. G. (1983). Depressive reactions and unemployment. *Journal of Abnormal Psychology*, 92, 185-195.

Furnham, A. (1982). Explanations for unemployment in Britain. *European Journal of Social Psychology*, 12, 335-352

Gaskel, G. & Smith, P. (1985). An investigation of youths's attributions for unemployment and their political attitudes. *Journal of Economic Psychology*, 6, 65-80

Heider F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: John Wiley.

Hewstone, M. (1990). "The ultimate attribution error"? A Review of the literature on ingroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.

Hewstone, M. & Ward, C. (1985). Ethnocentrism and causal attribution in South-east Asia. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 614-623.

Ismael, E., Maciel, C. M., Brandão, C. S. & Camino, L (1995). Categorização das diferenças sócioeconômicas em função do desenvolvimento cognitivo e do meio social. *Revista de Psicologia: Reflexão e Crítica*, 8, 249-272.

Jones, E. E. & Harris, V. A. (1967). The attribution of attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 3: 1-24.

Jones, E. E. & Nisbett, R. E. (1972). The actor and the observer: Divergent perceptions of the causes of behaviour. Em: E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. E. Nisbett, S. Valins, & B. Weiner, (Eds.).- *Attribution: perceiving the causes of behaviour*. Morristown, NJ: General Learning Press.

Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: the cognitive developmental approach to socialization. Em: D. A. Goslin (Ed.) *Handbook of Socialization on Theory and Research*. New York: Rand McNally.

PSICOLOGÍA REFLEXÃO E CRÍTICA

Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. Em: S. H. Koller, (Org) - *Coletâneas da ANPEPP*, Vol. 1, nº 12, pp. 11- 34. Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida. Porto Alegre, ANPEPP.

Kluegel, J. R. & Smith, E. R. (1986). *Beliefs about inequality: american views of what is and what ought to be*. New York: Aldine de Gruyter.

Leahy R.L. (1983). The Development of the conception of economic inequality II. Explanations, justifications, and conceptions of social mobility and social change. *Development Psychology*, 19, 111-125.

Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a just World*. New York: Plenum Press.

Lewis, A. (1981). Attributions and politics. *Personality and Individual Differences*, 2, 1-4

Lewis, A., Smell, M. & Furnham, A. (1987) Lay explanations for the causes of unemployment in Britain: economic, individualistic, societal or fatalistic? *Political Psychology*, 12, 412 - 445.

Lusk, M. W. (1988). Street children programs in Latin America. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 55-75

Maciel, C., Brandão, C. Ismael, E., & Camino, L. (1996). Desenvolvimento das explicações e expectativas de crianças e jovens no que concerne às desigualdades sócioeconômicas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 9, 383-401

McArthur, L. A. (1972). The how and what of why: Some determinants and consequences of causal attributions. *Journal of personality and Social Psychology*, 22, 171-193.

Pandey, J. Shinha, Y. Prakash, A. & Tripathi, R. C. (1982). Right-left political ideologies and attribution of the causes of poverty. *European journal of social psychology*, 12, 327-33 1.

Pettigrew, T. F. (1979). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476

Piaget, J. (1970). Piaget's Theory. Em: P. H. Mussen (Ed.) *Carmichael's Manual of Child Psychology*. 3ª Edição, 1, New York: Wiley.

Ross, L. D. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process. Em: L. Berkowitz, *Advances in Experimental Social Psychology*. (Vol. 10), New York, Academic Press.

Stephan, W. G. (1985). Intergroup Relations. Em: G. Lindzey & E. Aronson (Eds) *Handbook of Social Psychology*. (pp.599-658). New York: Random House.

Tajfel H. (1981). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Torres A, Silva J., Avellar, T., & Camino L. (1993). *Determinantes da disposição de jovens ainda não empregados em se filiar a um sindicato*. Relatório de Pesquisa ao CNPQ. Mestrado em Psicologia. CCHLA/UFPB.

Vala, J. (1996). Cap. III. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da Psicologia Social. Em: L. Camino (Org.) *O conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição Social*. (pp. 119 - 159). João Pessoa. Editora Universitária da UFPB.

PSICOLOGÍA REFLEXAO E CRÍTICA

Wilder, D.A. (1978). Perceiving Persons as a Group, Effects on Attributions of Causality and Beliefs. *Social Psychology*, 41, 13-23.

¹ Endereço p/ correspondência; Cx. Postal 5069, Cidade Universitária, CEP 58051-970, João Pessoa, PB.

² Aluna do Mestrado em Psicologia Social da UFPB.

³ Professora de Psicologia da UEPB.

⁴ Professor do Mestrado em Psicologia Social da UFPB.

⁵ Recorre-se ao neologismo "atribuição societal" para denominar as explicações que relacionam fatos sociais à estrutura ou funcionamento da Sociedade.

⁶ A seleção foi feita a partir de um levantamento das organizações que atendem a meninos em situação de rua, na cidade de João Pessoa, e de contatos preliminares com as mesmas.

⁷ Núcleo de Base é a unidade orgânica de participação das crianças e adolescentes, na qual eles têm o poder de definir todos os aspectos relacionados a sua estrutura, dinâmica e funcionamento. (Extraído da obra: 10 Anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. UNICEF. Out. 1995.)